

SUCESSÃO NA CAIXA

“Acolhidas e protegidas”

Daniella Marques se compromete com a proteção das funcionárias. Ela substituiu Pedro Guimarães, envolvido em escândalo de assédio

» LUANA PATRIOLINO
» INGRID SOARES

Com um discurso antiassédio, a nova presidente da Caixa Econômica Federal, Daniella Marques, prometeu fazer uma gestão dedicada à proteção das 35 mil mulheres que trabalham no banco estatal. A economista assume o cargo após a renúncia de Pedro Guimarães — envolvido em denúncias de assédio sexual e moral.

A cerimônia oficial de posse, realizada na tarde de ontem, contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro (PL), do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), do ministro da Economia, Paulo Guedes, da primeira-dama, Michelle Bolsonaro e de outras autoridades. A escolha do nome de Daniella Marques foi bem vista por aliados do governo federal para cessar a crise instalada com os relatos de funcionárias sobre o comportamento inadequado de Guimarães.

No evento, a presidente da Caixa destacou o compromisso de combater “qualquer tipo de assédio” como prioridade da nova gestão. “Acima de tudo, estou ciente de que, apesar do meu lugar de privilégio aqui, hoje existem inúmeras barreiras visíveis e invisíveis impostas a nós, mulheres”, disse.

Ela citou números de casos envolvendo violência doméstica. “Uma em cada quatro mulheres ainda é vítima de violência, boa parte delas porque não tem condição de subsistência. Então, a gente vai ajudar a denunciar e a gente vai ajudar para que tenham liberdade financeira, que empreendam e sejam independentes”, ressaltou.

Na coletiva para a imprensa, após a cerimônia, Marques reiterou o discurso de combate ao assédio. Disse que vai investir em um ambiente de trabalho seguro para as mulheres e informou que está criando mecanismos para evitar novos casos de abuso no ambiente de trabalho.

“O que tinha de ser feito ligado ao episódio, foi feito. Se aparecerem outros indícios, ou envolvimento de pessoas, serão conduzidos com a mesma postura. Daqui para a frente, a partir de amanhã, a gente está focado em criar tudo o que a gente precisa para ter um ambiente independente, rigoroso e seguro de apuração.”

Daniella Marques assegurou que vai investir em canais diretos de aproximação com as funcionárias. “Estou abrindo o Canal de Diálogo Seguro Caixa. Vai ser um canal de diálogo aberto exclusivamente para mulheres, nos próximos trinta dias, diretamente comigo, onde todas as mulheres, todas as empregadas da Caixa — são 35 mil — serão acolhidas, ouvidas e protegidas”, anunciou.

“Fora isso, no plano de ação

TON MOLINA/FOTOARENA/FOTOARENA/ESTADÃO CONTEÚDO



Daniella Marques, na entrevista coletiva que deu após a posse, prometeu criar canais de denúncia para funcionárias vítimas de assédio

Entenda o caso

Denúncias e investigações

Na semana passada, se tornaram públicos os relatos de mulheres que acusam o ex-presidente da Caixa Pedro Guimarães de assédio sexual. Elas narram abraços forçados, insinuações constantes e toques nas partes íntimas. As

denúncias embasaram uma investigação do Ministério Público Federal (MPF) e elevaram a pressão para que ele deixasse a gestão do banco. O Ministério Público do Trabalho e o Tribunal de Contas da União também investigam o caso. Guimarães negou as acusações.

que eu aprovei com o Conselho de Administração, na sexta-feira, um dos passos é a revisão de todas as políticas de integridade de prevenção ao assédio”, disse ela. “Isso vai acontecer em paralelo às instâncias de apuração internas que a gente está apurando.”

Obras suspeitas

Marques também prometeu investigar qualquer ilegalidade nas obras bancadas pela Caixa na mansão de Pedro Guimarães. Ela sustentou a versão da defesa do ex-presidente e do próprio banco de que as obras foram feitas por motivo de segurança. Segundo revelou o jornal *Folha de S.Paulo*, obras na mansão de Guimarães foram pagas pelo banco. A reforma teria sido

executada em julho de 2020 por quatro funcionários de uma empresa contratada ao custo de, aproximadamente, R\$ 50 mil.

“O que eu tenho conhecimento é que o ex-presidente sofria ameaças e, por isso, teve uma estrutura de segurança muito robusta ligada a ele, à gestão dele e à família dele. Tinha uma série de medidas que foram tomadas em relação à segurança”, explicou.

No entanto, a economista disse que vai atuar para garantir a apuração completa dos fatos. “Não é do meu conhecimento que tenha havido nenhuma ilegalidade, mas, eventualmente, se tiver, obviamente não só eu como a equipe inteira da Caixa estamos comprometidos em apurar, fortalecer controles internos e, eventualmente, punir se for

Quem é Daniella Marques

Nome de confiança de Guedes

A nova presidente da Caixa, Daniella Marques, ocupava o cargo de secretária especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia. Também atuou como chefe da Assessoria Especial de Assuntos

Estratégicos do ministro Paulo Guedes desde o início do governo, em 2019. Daniella é formada em administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e tem MBA (modalidade de pós-graduação) em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc).



Estou ciente de que, apesar do meu lugar de privilégio aqui, hoje existem inúmeras barreiras visíveis e invisíveis impostas a nós, mulheres”

Daniella Marques, presidente da Caixa

Bolsonaro volta a atacar urnas e TSE

Presente na cerimônia de posse da nova presidente da Caixa, o presidente Jair Bolsonaro não citou os casos de denúncia de assédio sexual e moral contra o ex-presidente da instituição Pedro Guimarães, tido como seu aliado. Em discurso, o chefe do Executivo afirmou que, com a nova gestão, “não começa uma nova era” e que “a Caixa continua”. Ele também rechaçou a criação de vagas exclusivas para ampliar o número de mulheres em cargos de chefia.

“Não começa uma nova era aqui na Caixa, a Caixa continua”, disse. “Tem agora uma presidente, que é competente, que mostrou lá atrás o seu valor, que lutou, que se empenhou. É difícil a gente ver mulher na economia. É difícil. Cuidado, hein, Paulo Guedes. Mas a Dani, o espaço da mulher é em qualquer lugar, não precisa colocar cota para mulher, ela vai pelos seus próprios méritos”, completou.

No evento, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a valorização das mulheres. Ele também não comentou as denúncias contra Guimarães. “Quero homenagear as mulheres que têm feito um trabalho espetacular. A Dani representa o espírito das mulheres. E nós estamos falando isso porque é um tema importante”, disse.

“Eu suspeito!”

Mesmo fugindo da temática da solemnidade, Bolsonaro aproveitou o espaço para criticar, mais uma vez, o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sem provas, voltou a levantar dúvidas sobre as urnas eletrônicas. “O [ministro Edson] Fachin disse que as auditorias não servem para mudar o resultado eleitoral. Ora, servem para quê? O que está em jogo? Dá para acreditar no sistema? Que democracia é essa? Quem querem botar no poder? Suspeitar, eu suspeito. Falaram que quem suspeitar terá o registro cassado. Eu suspeito!”, disse.

Bolsonaro também alfinetou seu principal adversário político, o ex-presidente Lula, em relação às pautas ideológicas e citou escândalos de corrupção do PT. “Nada cola do lado de lá? É teflon? Ou são as pesquisas fraudadas?”



ALEXANDRE GARCIA

EM PAÍSES COMO CHILE E COLÔMBIA, A ALIENAÇÃO ELEITORAL FOI DECISIVA. OS QUE NÃO VOTAM, OU INUTILIZAM SEU VOTO, DEIXAM QUE OS OUTROS DECIDAM. ESSE É O PREÇO DE ABRIR MÃO DE UM PODER QUE A DEMOCRACIA OFERECE

Abstenção decide

Estariam os brasileiros se desinteressando por eleições? Segundo estudo sobre alienação eleitoral, do Instituto Votorantim, publicado ontem pelo *Estado*, a abstenção, mais nulos e brancos, subiu de 18% para 25%, de 2006 a 2018. Significa que em quatro eleitores, só três escolhem candidato. Esse aumento de alienação vem ocorrendo, principalmente, na Região Sudeste — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo —, onde estão 63 milhões de eleitores, 46% do total, e a maior parte dos 30 milhões de idosos não obrigados a votar. Em países próximos, com voto facultativo, a alienação eleitoral foi decisiva.

No Chile, os constituintes acabam de entregar ao presidente Boric o texto da nova Constituição. Ela extingue o Senado de 200 anos, cria cotas no Parlamento, justiça diferente para as etnias originais, aumenta “direitos sociais” como aborto e diminui o poder da polícia, entre outras mudanças. Tem 388 artigos e é uma das mais extensas do mundo. Entre os 154 constituintes que trabalharam um ano, a maioria é da esquerda; apenas 37 de partidos de direita. Em 4 de setembro, ela será submetida a um referendo popular. Pesquisas indicam que apenas de 25% a 33% aprovam a nova Constituição. Como assim? Num plebiscito de 2020, 78% afirmaram querer uma nova Constituição.

Em maio do ano passado, elegeram os constituintes pouco mais de 5 milhões dos quase 15 milhões de chilenos aptos a votar. Quer dizer, apenas 36% escolheram quem faria a Constituição; agora a maioria que se absteve de votar a desaprova. Esse é o preço da abstenção — deixar que a minoria decida, abrindo mão de um poder que a democracia oferece. Na Colômbia, há pouco, 18 milhões não votaram e 11 milhões elegeram o presidente.

Faltam três meses para a eleição de 2 de outubro. O voto é obrigatório, diferentemente do Chile e da Colômbia, mas as sanções para quem não vota são mínimas, e estão dispensados da obrigação os eleitores com mais de 70 anos. Esses, são cerca de 30 milhões. Além disso, é bom lembrar que o “fique em casa”, que prejudicou os brasileiros, pode prejudicar também o poder da maioria, pedra de toque

da democracia. Jovens de 16 e 17 anos, que poderiam votar mas não são obrigados, não se empolgaram: hoje são metade dos 2 milhões que se alistaram em 2002. Os que não votam, ou inutilizam seu voto, deixam que os outros decidam.

Para ser eleito em outubro, o governador ou presidente precisa ter maioria entre os votos válidos. Juscelino foi eleito com 36% dos votos; o segundo candidato teve 30% e o terceiro, 26%. E houve uma contestação muito grande por parte dos 56% que não queriam JK. Por isso, hoje, há o segundo turno entre os dois mais votados, obrigando-se a ter o vencedor mais da metade dos votos válidos. Mas os votos nulos e brancos não contam. No segundo turno da eleição presidencial de 2018, somadas abstenções, votos anulados e brancos, foram 42 milhões de eleitores que não participaram da decisão.

O perdedor, Haddad, teve 47 milhões de votos e o vencedor, quase 58 milhões. O equivalente à população da Ucrânia, ou da Argentina, não participou da escolha do presidente do Brasil.

O que serve para presidente ou governador serve também para a escolha de nossos representantes no Legislativo. Eles terão o poder de fazer, alterar ou desfazer leis e até de mexer na Constituição, no que não for cláusula pética. Nós, eleitores, temos o poder de, dentro de três meses, escolher aqueles que podem impedir que a Constituição seja desrespeitada, e eleger aqueles que, nos poderes Legislativo e Executivo, garantam o futuro de nossas famílias com valores em que acreditamos. Se nos alienarmos na escolha, ficando em casa ou votando branco e nulo, perdemos a razão para reclamar das consequências.